



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UnICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSORA ORIENTADORA: ANA PIMENTA
ÁREA: COMUNICAÇÃO SOCIAL

A CIDADE-LUZ EM CHAMAS

O Le Monde Diplomatique e a onda de violência na França

ALEXANDRE DE SOUSA ORRICO
RA: 20314208

BRASÍLIA
Novembro de 2006

ALEXANDRE DE SOUSA ORRICO

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Comunicação Social – Jornalismo do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientadora: Ana Pimenta

BRASÍLIA
Novembro de 2006

ALEXANDRE DE SOUSA ORRICO

A CIDADE-LUZ EM CHAMAS

O *Le Monde Diplomatique* e a onda de violência na França

Banca Examinadora:

Professora MsC Ana Cristina Cavalcanti Pimenta
(Orientadora)

Professor
(Marcone Gonçalves)

Professor
(Luzia Giffoni)

BRASÍLIA
Novembro de 2006

Dedico este trabalho a todos imigrantes e franceses que participaram da onda de distúrbios. Aos que foram expulsos, curtas palavras que não resolvem, mas que são carregadas de carinho: Não foi em vão – o que está por vir legitimará cada estilhaço de vidro das *molotovs* arremessadas.

Agradeço à minha orientadora Ana Pimenta, pela confiança e pelo respeito ao meu ritmo confuso. Aos professores Rogério Junqueira e Tânia Montoro, que mesmo sem nenhuma obrigação me deram várias dicas. À Aline Magno, colega de curso que sempre se dispôs a ajudar. À amiga Anne, me ajudou com o francês e com as buscas de matérias. E, mais especial de todas, Mariana Jungmann, que sempre me ajuda não só nos trabalhos de faculdade, mas em todas as tarefas da vida – e faz isso apenas existindo.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – A FRANÇA EM FOCO	9
1.1 DADOS RELEVANTES SOBRE O PAÍS	9
1.2 ECONOMIA FRANCESA.....	10
1.3 IDENTIDADE ÚNICA EM QUESTÃO: A FARSA DA LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE	11
1.4 A QUESTÃO DO EMPREGO	12
CAPÍTULO II – IMIGRAÇÃO EUROPÉIA E FRANCESA	14
2.1 CONTEXTO GERAL – IMIGRAÇÃO EUROPÉIA.....	14
2.2 FRANÇA E EUA – JUNTOS, ¼ DA IMIGRAÇÃO DE TODO O PLANETA	15
CAPÍTULO III – A CIDADE LUZ EM CHAMAS	23
3.1 ONDA DE VIOLÊNCIA.....	23
CAPÍTULO IV – A ANÁLISE MIDIÁTICA ACERCA DO TEMA	25
4.1 MÍDIA FRANCESA: <i>LE MONDE</i> E <i>LE MONDE DIPLOMATIQUE</i>	25
4.2 O QUE A MÍDIA ENTENDE POR VIOLÊNCIA?	27
CONCLUSÃO	33
BIBLIOGRAFIA	34
ANEXOS	35
MATÉRIAS DO <i>LE MONDE DIPLOMATIQUE</i>	35
A) Anatomia da revolta.....	35
B) Combater o apartheid	42
C) Sob Estado de Urgência	47

INTRODUÇÃO

O argumento do sociólogo de Émile Durkheim¹ é que o indivíduo está sempre submetido a códigos impostos pela sociedade. Ao nascer, o indivíduo já encontra prontas as regras, práticas, crenças, maneiras de agir, de pensar e de sentir. Nessa perspectiva, o indivíduo se torna um edifício da sociedade, moldado e acabado segundo seus parâmetros, suas regras, seus modelos.

Assim, a mídia, tem uma função extremamente delicada e imbuída de máxima responsabilidade diante da sociedade no que se refere à formação do indivíduo, com relação aos valores morais.

Com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais voraz, a mídia ampliou exponencialmente seu alcance ao longo das décadas. A cobertura de eventos violentos acompanhou a progressão – cada vez mais se fala de violência nos meios de comunicação do mundo inteiro.

Para tornar o cenário mais complexo, temos uma gama talvez nunca vista na história de conflitos mundiais, sejam eles civis como o caso PCC no Brasil, os imigrantes nos EUA e filhos de imigrantes na França – sem citar os sem número de guerras em países da África, ou sejam eles internacionais como a dita guerra contra o terror de Bush Jr., as constantes guerras entre países da ex-União Soviética, ou conflito de décadas entre judeus e palestinos.

Para ir mais fundo nesse universo, o estudo aborda um acontecimento em particular, bem como a exposição midiática do mesmo: a onda de violência na França, em outubro / novembro de 2005.

O veículo escolhido foi o *Le Monde Diplomatique* – uma publicação mensal francesa. A escolha do “Diplo” se justifica pelos seguintes motivos: alcance fenomenal - publicado em 23 idiomas e 34 países. Além disso, o sistema da revista como empresa é diferente. Os jornalistas e os leitores detém também ações, o que soma 46,7% dos votos. Pela lei francesa, o direito de veto, numa sociedade anônima, pode ser garantido por quem detenha 33,34%.

¹ DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978

Sendo assim, uma análise das matérias do Diplo é diferente - uma publicação tradicionalmente de esquerda e com leitores que têm poder de veto configura um desafio interessante.

Enquanto técnica de análise de dados, a Análise de conteúdo foi a que se mostrou mais apropriada ao tipo de investigação desenvolvida. Ela parte do pressuposto de que, por trás do discurso aparente, simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvelar.

A análise de conteúdo pode, de trilhar tanto um caminho quantitativo, quanto qualitativo. No primeiro caso, após ter agrupado os elementos dos conteúdos em categorias, o pesquisador constrói distribuições de freqüências e outros índices numéricos aplicando, em seguida, o aparelho estatístico habitual. A abordagem qualitativa, por outro lado, embora também se sustente numa categorização dos elementos, não os reduz a uma simples freqüência, como se fossem equivalentes, mas detém-se em suas peculiaridades e nuances, assim como na relação entre as unidades de sentido assim construídas – é essa a vertente utilizada aqui.

A pesquisa tem por objetivo chamar a atenção para a provável saída da disseminação midiática da violência espetacular: a sensibilização para a violência invisível e simbólica. E, embora o objetivo inicial tenha sido especificamente a análise das matérias do Diplo, a pesquisa se mostrou por fim uma base de dados interessante para não só ter uma idéia sobre a cobertura midiática, mas também para um melhor entendimento sobre o conflito em si.

CAPÍTULO I – A FRANÇA EM FOCO

1.1 Dados Relevantes sobre o país

A França está localizada na Europa ocidental e limita-se ao norte com o Mar da Mancha; a nordeste com a Bélgica, Luxemburgo e Alemanha; a leste com a Suíça; a sudeste com a Itália; ao sul com o Mar Mediterrâneo e Espanha; e a oeste com o Oceano Atlântico.

É o país mais extenso da Europa ocidental, com 547.030 km². Possui vários territórios espalhados pelo mundo, denominados de Departamentos e Territórios de Ultramar. Na América, são a Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica e Saint-Pierre-et-Miquelon; na África, Reunião e Mayotte; na Oceania, Nova Caledônia; Polinésia Francesa e Wallis-e-Fortuna; e nos Mares do Sul, as Terras Austrais e Antárticas Francesas. Essa quantidade de territórios tornam a França a segunda maior zona econômica exclusiva (ZEE) do mundo, com uma área total de 10 milhões de km², pouco menor que a ZEE dos Estados Unidos, com 11 milhões de km². Não por coincidência, os dois países abrigam ¼ de todos os imigrantes do planeta.

Estima-se hoje que a população francesa seja de 60,8 milhões de pessoas, das quais 51,4% são mulheres e 48,6% homens. A taxa média de crescimento da população entre 1984 e 2004 foi baixa, da ordem de 0,6% ao ano, com densidade demográfica de 112 habitantes por km².

Nome Oficial	<i>República Francesa</i>
Área	<i>547.030 km²</i>
Localização	<i>Oeste da Europa</i>
Capital	<i>Paris</i>
Idioma	<i>Francês</i>
Principais cidades	<i>Paris, Lyon, Marselha, Lille, Toulouse, Nice, Bordeaux, Nantes, Strasbourg, Toulon.</i>
Religião	<i>Maioria Católica 88%, Muçulmanos 5%</i>
População	<i>60,8 milhões (est. 2006) CIA 0 -14 anos –18,3% (9,4% meninos e 8,9 % meninas) 15- 64 anos –65,3% (32,7% homens e 32,6% mulheres) acima 65 anos –16,4% (6,7% homens e 9,7% mulheres)</i>
Expectativa de vida H/M	<i>Total: 79,7 Homem: 76,1 Mulher: 83,5 (est. 2006) CIA</i>
Moeda	<i>Euro</i>
Composição do PIB	<i>Agricultura 2,2% Indústria 21,4% Serviços 76,4 (est. 2005) CIA</i>
Renda per capita	<i>US\$ 29.900 (est. 2005) CIA</i>

Quadro 1 e Dados Gerais – Informações da República francesa segundo a CIA², a embaixada da França³ e o site Guia 21⁴.

1.2 Economia francesa

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de quase US\$ 1,816 trilhões, segundo dados do Banco Mundial (2003)⁵, a França é a terceira maior economia da Europa e a quinta maior do mundo. Essa posição deve-se ao dinamismo, principalmente, dos setores de transportes, comunicações, indústrias agroalimentares, produtos

² Central Intelligence Agency (CIA) – Central de Inteligência Americana -

<https://www.cia.gov/search?NS-search-page=results> - Acesso em 11/10/2006

³ Embaixada da França, em português: <http://www.ambafrance.org.br/> - Acesso em 10/10/2006

⁴ Site Guia do Exportador: <http://www.guia21.com/> - Acesso em 10/10/2006

⁵ Estudo *Classificação das Economias do Mundo*, site do Banco Mundial: http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_document/2349.html - Acesso em 29/10/2006

farmacêuticos, os famosos produtos franceses de luxo (bolsas e malas, moda, perfumes, bebidas, entre outros), além do setor bancário, de seguros e de turismo.

A França integrou-se à União Europeia já na criação do bloco, em 1992, e pertence à zona do Euro, que adota uma moeda única, em circulação desde 1º de janeiro de 2002. A moeda única objetiva facilitar as trocas comerciais e os investimentos entre os mercados, já que a maior parte do comércio exterior dos países da UE é realizada dentro da própria Europa.

Porém, nos últimos dez anos, a economia francesa vem sofrendo um processo de estagnação. Segundo estatísticas do governo, o índice de desemprego local é de 20%, o dobro da média europeia. Entre os jovens, o índice atinge 40%, conforme o relatório de outubro do Observatório Nacional de Zonas Urbanas Sensíveis (ONZUS)⁶.

1.3 Identidade única em questão: A farsa da Liberdade, Igualdade e Fraternidade

A origem da população francesa é composta de diversos grupos étnicos, sobretudo os gauleses e os celtas. São também significativas as populações de procedência romana, grega e germânica. Destacam-se, mais recentemente, os árabes e judeus instalados ao sul do país, na fronteira com a Espanha. Durante toda a história do país, a presença de estrangeiros e imigrantes foi marcante:

A França, durante o século XIX, foi marcada pela presença do Orientalismo tanto na literatura quanto nos estudos científicos. A produção cultural inserida neste contexto possibilita o entendimento das mudanças sofridas pelas instituições constituintes dessa sociedade. Tais instituições influenciaram, de maneira sistemática, as esferas social e política, ambientes responsáveis pela apreensão das impressões pela memória.⁷ (inserir referencia) (JUNQUEIRA, 2002)

⁶ Site da ONZUS: *Rapport 2005 de l'Observatoire national des ZUS* - <http://www.ville.gouv.fr/pdf/editions/observatoire-ZUS-rapport-2005.pdf> - Acesso em 10/10/2006

⁷ JUNQUEIRA, Nathalia Monseff - A representação do Antigo Egito durante o século XIX: memória e identidade no contexto do imperialismo francês.

Em pouco mais de um ano, a França precisou lidar com intensos protestos contra sua nova política trabalhista, com o decidido "não" contra a adoção de uma Constituição Europeia em referendo e, ainda: o agravamento da questão racial e imigratória simultaneamente ao fortalecimento da sua direita, tendo o candidato extremista Jean-Marie Le Pen chegado ao segundo turno nas últimas eleições, seguindo com voz ativa no cenário nacional.

Tantos acontecimentos políticos e sociais importantes evidenciam uma crise de identidade na sociedade francesa. Segundo Bonaiuto, Breakwell & Cano :

A nacionalidade é habitualmente considerada como um elemento básico de identidade de um indivíduo, podendo o nacionalismo construir um medidor das atitudes e comportamentos face ao ambiente. (BONAIUTO, BREAKWELL & CANO, 1996)⁸.

O sociólogo francês Edgar Morin toca num ponto essencial:

Podemos considerar como utopia o mito da Frente Nacional⁹, de uma identidade francesa purificada? Trata-se, antes de tudo, de um desconhecimento da realidade francesa, feita da *francização* multissecular das etnias heterogêneas, e que se fundamenta num espírito comum, numa vontade comum, e não em um sangue idêntico. Não podemos nos esquecer de que a origem da identidade francesa é mestiça, visto ser ela trans-galo-romana. (MORIN, 2005)¹⁰

1.4 A questão do emprego

O Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos¹¹ revela que, na França, enquanto a taxa de desemprego entre as pessoas que cursaram universidade é de 5%, no caso dos diplomados de origem do norte da África o

⁸ BONAIUTO, BREAKWELL & CANO. Identity processes and environmental threat. *Jornal de Psicologia Social*, vol. 6 (1996)

⁹ Partido nacionalista francês, fundado em xxxx.

¹⁰ Entrevista de Edgar Morin a Alexis Lacroix publicada no jornal *Le Figaro*, em 21/07/2002.

¹¹ *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* - Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos. Ele coleta e publica informações da economia e sociedade francesas, realizando periodicamente o censo da nação, sendo semelhante ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Brasil.

percentual chega a 26,5%. São, em geral, imigrantes que chegaram, nas últimas décadas do norte da África - Marrocos, Tunísia e Argélia.

Com tanta gente sem emprego, agrava-se a tensão econômica e social. Neste contexto, os imigrantes vivem dupla exclusão. Primeiro, do ponto-de-vista econômico, porque não têm emprego e, quando conseguem, são precários e mal-remunerados. Como são mestiços, pardos e negros, também sofrem com a discriminação racial.

A reação dos filhos de imigrantes denota a revolta pela presença do Estado apenas no aspecto repressivo. A todo o momento eles precisam identificar-se:

“O estado francês aparentemente acolhe os imigrantes, dando uma proteção social através da previdência e educação públicas, mas a sociedade francesa os rejeita. O Estado não encontra meios de cumprir aquilo que prometeu.

O imigrante na França

O conflito de gerações é um fator que agrava a crise vivida atualmente na França. Carlos Schmidt Arturi, professor do Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, a crise acontece porque muitos pais, ainda se vêem ligados às tradições do país, enquanto os filhos são “fruto da globalização” e não aceitam a tradição como resposta aos problemas que o país enfrenta. “Estes jovens estão com um pé em cada civilização.”

“Ao mesmo tempo em que não se sentem integrados nesta sociedade que os rejeita – embora os tenha criado, também sabem que não há retorno para a sociedade de seus pais.” É o sintoma de um profundo mal-estar de alguém que vive em uma sociedade onde nasceu e se educou, mas que insiste em rejeitá-lo”. (ARTURI, 2005)¹²

¹² Site da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Entrevista de Arturi concedida ao Jornal da Universidade da UFRGS:
http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/jor83_inter_1a.htm
Acesso em 19/10/2006

CAPÍTULO II – IMIGRAÇÃO EUROPÉIA E FRANCESA

2.1 Contexto geral – imigração europeia

A Europa é porta de entrada para 560 mil imigrantes ilegais todos os anos. Destes, dois mil africanos morrem ao tentar atravessar o Mediterrâneo. Atualmente, vivem 56,1 milhões de estrangeiros no continente europeu, o que representa 7,7% da sua população, num total de 200 milhões no mundo, incluindo 9,2 milhões de refugiados¹³.

De acordo com informações divulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo conta hoje com 190,6 milhões de imigrantes, 36 milhões a mais do que há cinco anos. Desse total, 60% estão nos países industrializados, um em cada três imigrantes está na Europa, e um em cada cinco está nos Estados Unidos, o país que mais recebe imigrantes em todo o mundo. O

Os fluxos migratórios que saem de países pobres em direção aos países ricos são os que mais crescem na atualidade. Os impactos dessa intensa movimentação de pessoas pelo globo se fazem sentir em diferentes aspectos da vida das sociedades receptoras e emissoras, e inúmeros estudos têm buscado compreender o impacto das migrações nos campos da economia, sociologia, demografia e ciência política.

Nos últimos meses, no entanto, a questão imigratória tem aparecido na imprensa e nos debates de um ponto de vista diferente. A explosão de violentos conflitos envolvendo imigrantes e seus descendentes nas periferias da França, em outubro de 2005, e mais recentemente as manifestações, em maio deste ano, nos Estados Unidos, envolvendo milhões de pessoas contra as reformas que pretendem criminalizar a imigração ilegal no país, atraíram a atenção para o impacto das migrações nos países receptores e para questões como o direito dos imigrantes, as políticas migratórias e os efeitos das decisões políticas nos processos de integração.

¹³ Relatório *Migration in an interconnected world: New directions for action*, da Global Commission on International Migration (GCIM) - Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais <http://www.gcim.org/en/finalreport.html> - Acesso em 20/10/2006

2.2 França e EUA – Juntos, ¼ da imigração de todo o planeta

Tais acontecimentos nos mostram como a imigração, em seus diferentes aspectos, vem se tornando um tema cada vez mais central na vida política e social de grandes países receptores, como é o caso dos Estados Unidos e também da França. Assim, a participação de um partido de extrema-direita (*O Front National*, que teve como candidato um dos fundadores do partido, Jean-Marie Le Pen) no segundo turno das eleições francesas em 2002 não pode ser compreendida sem referência à questão migratória, e tampouco a análise do comportamento de partidos e eleitores nos Estados Unidos na atualidade pode prescindir de uma reflexão sobre o impacto da imigração (sobretudo a de origem latina) na sociedade norte-americana. Em suma, a variável imigração, mesmo que não seja sempre determinante, tornou-se um componente praticamente obrigatório na análise de diferentes processos dentro desses países.

Assumir a imigração como uma variável relevante nos processos políticos desses países não significa, no entanto, admitir que ela tenha o mesmo significado nos dois lugares. As diferenças na cultura, na história e nas instituições desses dois países fazem que a questão migratória tenha tratamento e significado consideravelmente distinto nos dois países, como esperamos demonstrar ao longo deste trabalho. No entanto, cabe também ressaltar que a compreensão da dinâmica e da importância desses eventos não se resume ao contexto nacional em que eles acontecem. Ao analisarmos o desenvolvimento da questão migratória na França e nos Estados Unidos ao longo dos últimos anos, podemos constatar também a existência de características e problemas comuns entre eles, que revelam o desenvolvimento de um padrão, relacionado à inserção desses países dentro de um processo global de migração que une a periferia e o centro do sistema internacional.

A França atrai muitos imigrantes. No período entre as guerras, com sua baixa densidade demográfica, o país necessitava de trabalhadores imigrantes, mesmo refugiados, principalmente gregos, armênios, russos e espanhóis. Na década de 1980, o país controlou energicamente a imigração. Em épocas de crise, a imigração gerou debates, mas pode-se observar que os indivíduos que

compuseram antigos fluxos imigratórios e seus descendentes se integraram aos comportamentos e hábitos de vida dos franceses. Estima-se em 4 milhões os antigos imigrantes estrangeiros no país e em 12 milhões os provenientes de imigrações recentes¹⁴.

Tendo-se em vista os intensos fluxos de imigração que ocorreram na França desde o século XIX, pode-se estimar que, hoje, um francês em cada quatro tenha ascendência estrangeira.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a imigração era vista na França como uma solução para os problemas de déficit demográfico e carência de mão-de-obra no país. As discussões em torno do melhor formato para uma política de imigração foram, no entanto, bastante intensas e controversas. De um lado, estavam os economistas preocupados com a questão da mão-de-obra, e, de outro, os demógrafos, encabeçados por George Mauco, que apregoavam a imigração de famílias, obedecendo a critérios de compatibilidade étnica e cultural com a França. Diante das pressões econômicas e da impopularidade de medidas de discriminação nacional no imediato pós-guerra, a visão dos economistas prevalece, e já em 1945 o país lança as bases de uma política que visava atrair trabalhadores estrangeiros, criando o Office National d'Immigration¹⁵.

Entre 1945 e 1973, centenas de milhares de estrangeiros se estabeleceram na França, a maioria portugueses e argelinos. Em 1968, a questão da imigração começou a despontar no contexto das revoltas estudantis e da denúncia das condições de vida dos imigrantes, sobretudo do problema da habitação. Além disso, aumentaram os crimes de conotação racial no país. A França suspendeu o direito de livre circulação dos argelinos em 1964, e a partir de 1968, iniciou uma política com um duplo objetivo: aumentar a expulsão de argelinos e negociar com o governo da Argélia a diminuição de imigrantes deste país. Alguns acordos bilaterais para restringir a imigração foram assinados.

14 Documento da CIA - *The World Factbook -- France* da Central Intelligence Agency (CIA) – Central de Inteligência Americana- <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/print/fr.html> - Acessado em 22/10/2006

15 O Escritório Nacional de Imigração (Office national d'immigration (ONI) - criado em 1946 para organizar o recrutamento dos trabalhadores estrangeiros necessários para o desenvolvimento industrial

No começo da década de 1970, a participação dos trabalhadores estrangeiros em greves e movimentos operários deu visibilidade política aos imigrantes. Grupos imigrantes e de solidariedade aos imigrantes despontaram na cena política francesa. Paralelamente, a crise econômica francesa levou o governo a adotar medidas visando desencorajar a vinda de imigrantes e controlar a entrada de ilegais. Em 1972, o procedimento de regularização *a posteriori* foi eliminado. Em 1973, 32 argelinos foram assassinados no país, levando a Argélia a interromper, unilateralmente, a imigração para sua antiga metrópole. Em 1974, a França decidiu dar fim à sua política de atração de mão-de-obra imigrante.

Entre 1972 e 1980, o governo francês se empenhou em implantar a política de "imigração zero". No entanto, sucessivos governos esbarraram nos limites impostos pela legislação francesa de direitos humanos. Assim, por exemplo, em 1978, o Conselho de Estado, citando o Preâmbulo da Constituição de 1946 e a legislação europeia, proibiu o governo Giscard Destaing de recusar vistos aos familiares de imigrantes para diminuir a imigração, e afirmou que "os estrangeiros residindo regularmente na França têm, como os nacionais, o direito de levar uma vida familiar normal; que esse direito comporta, em particular, a faculdade, para esses estrangeiros, de trazer para junto de si seus cônjuges e seus filhos".¹⁶

O Executivo também deparou com a resistência dos próprios imigrantes, especialmente os da segunda geração, cada vez mais organizados e mobilizados, e de grupos de apoio aos imigrantes, dentre os quais um dos mais influentes, ainda hoje, é o *Groupe d'Information et de Soutien des Immigrés (Gisti)*, fundado em 1972, a partir de um grupo de alunos da Escola Nacional de Administração (ENA).

Paralelamente à intensificação do ativismo imigrante, cresceram também as manifestações racistas e xenófobas na sociedade francesa. Em 1972, foi fundado

¹⁶ GOMES, Charles P. "Os Estudos de Imigração: Sobre Algumas Implicações Políticas do Método" - Les limites de la souveraineté, les changements juridiques dans les cas d'immigration en France et aux États-Unis. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v.50, n.3, 2000.

o *Front National*, cuja proposta era unificar a direita radical francesa e pôr fim ao "processo de decadência intelectual, moral e física no qual estamos engajados"¹⁷

A imigração foi considerada pelo partido como um atentado contra a cultura e a economia francesa, e como tal deve ser combatida, mas ela não foi, de início, o foco principal do discurso do *Front*. Com o passar do tempo, no entanto, a mescla de imigração com a preocupação com a segurança vai se tornar o eixo principal das campanhas do Partido.

O crescimento do *Front National*, e o desenvolvimento das associações imigrantes ao longo dos anos 1980, trouxeram a imigração definitivamente para o primeiro plano da política francesa. A população imigrante deixa de ser considerada um elemento marginal, provisório, formado por homens jovens e solteiros, e cresce a consciência do enraizamento dos imigrantes e suas famílias no interior da sociedade francesa. Essa consciência vai ter um papel fundamental no desenvolvimento político posterior, em torno da questão da imigração e da integração dos estrangeiros.

Ao longo dos anos, o *Front National* enfrentou altos e baixos em termos eleitorais; no entanto, o partido parece ter sido extremamente bem-sucedido em ditar os termos em torno do quais a discussão sobre imigração iria ocorrer no interior da sociedade francesa. Nos anos 1990, inúmeras tentativas de reformar a política de imigração francesa foram feitas, quase todas elas para tornar mais difícil a entrada e a fixação de estrangeiros no país. Em quase todas as vezes que a legislação foi modificada, os governos, de esquerda e de direita, buscaram justificar a adoção de medidas restritivas, a partir da necessidade de barrar a ascensão da extrema-direita. De acordo com essa estranha lógica, elementos da plataforma do *FN* eram implementados com o objetivo de evitar que o partido aumentasse seu espaço entre o eleitorado francês. Mesmo durante o primeiro mandato de François Mitterrand¹⁸ quando, sem dúvida, inúmeros progressos

¹⁷ Site do Front Nacional – Documento do partido sobre imigração - *L'immigration: Inverser le courant*: http://www.frontnational.com/doc_id_immigration.php#programme. Acesso em 21/10/2006

¹⁸ François Maurice Adrien Marie Mitterrand OIH, GCollH, (26 de outubro de 1916, Jarnac (Charente) — 8 de janeiro de 1996, Paris) foi um estadista e presidente francês. Detém atualmente o recorde de longevidade (14 anos) na presidência da República Francesa. Foi o primeiro e (até hoje) único presidente da república oriundo do Partido Socialista Francês.

foram feitos em termos dos direitos dos imigrantes, o primeiro-ministro socialista Michel Rocard ficou famoso ao justificar a adoção de vôos *charters* para expulsar imigrantes ilegais afirmando: "A França não pode acolher toda a miséria do mundo"¹⁹.

De certa forma, apesar de toda a controvérsia que a envolve, pode-se dizer que a política imigratória francesa foi consideravelmente bem-sucedida, na medida em que, desde que a França decidiu interromper a imigração de trabalho em 1974, a população estrangeira se estabilizou, e até mesmo diminuiu um pouco no país. Mesmo considerando-se que essa população se modifica, isto é, que de um censo para outro estrangeiros se tornam franceses e novos estrangeiros alimentam as estatísticas, a eficiência das políticas restricionistas francesas é considerada bastante alta pelos especialistas.

Cabe ressaltar que o foco de grande parte das medidas políticas tomadas durante a década de 1990 não foi tanto o controle da entrada, mas o questionamento dos laços que ligam o imigrante à França e que legitimam a sua estada. Mudanças legislativas importantes nesse sentido foram feitas por diferentes governos em 1993, 1997 e 1998. Por meio dessas mudanças, tornou-se cada vez mais difícil, por exemplo, a aquisição do direito de permanência e da cidadania mediante o casamento com franceses.

Seguindo a mesma lógica, a política de nacionalidade francesa vai ser fortemente questionada. Um amplo debate sobre quais as condições necessárias para que alguém seja considerado francês vai ser alimentado, em primeiro lugar, pelo próprio movimento *beur*, que questiona as modalidades de concessão de nacionalidade para os imigrantes de segunda geração (artigos 23 e 44 do Código Civil) em nome do respeito ao direito à diferença. Aos poucos, esse argumento vai ser apropriado pela extrema-direita, que propõe uma ampla reforma na política de imigração, por meio da eliminação de todas as modalidades de *jus soli*. A legislação vai ser alterada em 1993 e 1998, e, embora a reforma não tenha a

¹⁹ REIS, Rossana Rocha. "Políticas de Nacionalidade e Políticas de Imigração na França" - Revista Brasileira de Ciências Sociais. <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/107/10703907.pdf> - Acesso em 29/10/2006

amplitude desejada pelo Front, de um modo geral, fica mais difícil para os filhos de imigrantes se tornarem franceses.

Ao contrário dos Estados Unidos, que concentram seus esforços restricionistas na fronteira externa, talvez porque dividam uma fronteira de duas mil milhas com o Terceiro Mundo (vimos recentemente o presidente George W. Bush assinar um decreto autorizando a construção de mais um muro na fronteira com o México) a França, ao longo dos últimos anos, vai adotar políticas que questionam principalmente a fronteira interna entre cidadãos e estrangeiros, e entre estrangeiros legais e ilegais, e que lançam uma permanente suspeita sobre qualquer estrangeiro dentro do país. Assim, desde 1993, a polícia francesa está autorizada a interpelar qualquer pessoa que "se pareça estrangeira" para verificar sua situação legal no país. Em 1996, o governo foi mais adiante e tentou tornar obrigatório que todo francês informe à prefeitura a chegada e a partida de um estrangeiro em sua residência, com vistas à obtenção do chamado *certificat d'hébergement*, mesmo para visitas de curta duração. Essa medida gerou intensos protestos entre a população francesa, e acabou sendo abandonada.

A profusão de novas legislações, quase todas de teor restritivo, ao longo dos últimos anos, vai levar ainda ao surgimento da figura dos *sans-papiers*²⁰, indivíduos que muitas vezes entraram legalmente na França, mas que se tornaram ilegais em virtude das mudanças na legislação francesa. Como muitas mudanças são contraditórias em relação à legislação anterior, os *sans papiers* muitas vezes não podem ser nem legalizados e nem expulsos da França, ficando em uma espécie de limbo jurídico. Por exemplo, uma pessoa que já mora há pelo menos quinze anos na França é protegida da expulsão pelo artigo 25 da ordenança de novembro de 1945 referente à imigração, mas pelas mudanças legislativas de 1993 pode não ter o seu visto renovado se estiver desempregada.

Os *sans-papiers* foram bastante ativos politicamente na década de 1990 e organizaram várias manifestações com o objetivo de sensibilizar a opinião pública e o governo para sua situação. Em certo sentido, o movimento dos *sans- papiers* foi bastante inovador ao propor que a imigração fosse considerada como um

²⁰ "Sem-papéis". Termo utilizado na França para designar imigrantes sem documento.

direito humano. No fim de 1997, os socialistas foram eleitos com uma plataforma que incluía, entre outras coisas, a ab-rogação das legislações imigratórias de 1993 e 1997. Contudo, poucas mudanças foram feitas, e mais uma vez, parece ter prevalecido o temor de parecer complacente com os imigrantes ilegais diante de um eleitorado que flerta com o *Front National*. Atualmente, um novo pacote de medidas antiimigração foi apresentado pelo ministro do Interior francês, Nicholas Sarkozy (RPR), ao Parlamento e está em discussão.

Em suma, ao longo dos últimos anos, a relação da França com seus imigrantes parece ter se tornado cada vez mais complicada, e a tendência para considerar a imigração como um problema de segurança, e o imigrante como uma ameaça à integridade física e cultural do país, parece ter se estabelecido como uma das características mais marcantes da vida política francesa na atualidade.

Um exemplo disso foi o tratamento dado por Sarkozy aos violentos distúrbios que sacudiram as periferias francesas em outubro de 2005. No auge dos confrontos, o primeiro-ministro se referiu aos manifestantes como *racaille*, ou escória, e entre as primeiras medidas de combate à desordem, determinou a expatriação sem julgamento de todos os estrangeiros suspeitos de envolvimento nas manifestações.

A análise do desenvolvimento da questão da imigração na França e nos Estados Unidos ao longo dos últimos anos parece demonstrar uma tendência para que a imigração seja cada vez mais tratada como um problema de segurança. Segurança em um sentido amplo, tanto como de preservação da ordem social, cultural e econômica, como de identificação dos imigrantes com o aumento da criminalidade, e pela própria criminalização da imigração ilegal.

Essa tendência é, sem dúvida, reforçada pela existência de processos globalizantes que ajudam a reforçar a idéia de que as fronteiras do Estado estão se tornando cada vez mais porosas. Assim, nas palavras de Jürgen Habermas:

Contra a incontrolável maré invasora que vem de fora, esse lado evoca a vontade política de fechamento das comportas. O afeto protecionista volta-se do mesmo modo contra os traficantes de armas e de drogas que põem em perigo a segurança interna, bem como contra o transbordamento de informação, o capital estrangeiro,

os imigrantes em busca de trabalho e as ondas de fugitivos, que supostamente destroem a cultura local e o nível de vida. (HABERMANS, 2001)

A segurança passa a ser uma preocupação do cotidiano dos indivíduos. O perigo agora não é mais concebido como uma ameaça vinda de um país inimigo e que em última instância pode ser resolvida por meio da guerra. A imigração é compreendida como uma ameaça transnacional, que não pode ser resolvida da forma tradicional.

A adoção dos controles de identidade na França, onde a polícia está autorizada a abordar qualquer pessoa que pareça estrangeira, a inserção da imigração nas Cúpulas Européias que discutem o terrorismo e o narcotráfico, sob mesma rubrica de "problema de segurança", e a militarização da fronteira com o México são todos sintomas do que Aristide Zolberg chama de "muro erguido contra os pobres" nos países ricos. Essas políticas em conjunto contribuem para estigmatizar todo estrangeiro na França e nos Estados Unidos, seja ele ilegal, legal, ou mesmo cidadão europeu mas que se pareça estrangeiro.

O aumento da intolerância, da xenofobia e do sucesso da extrema-direita no país está diretamente relacionado a esse tipo de política.

A segurança foi o principal tema da campanha eleitoral para a presidência francesa no início de 2002. A primeira medida de impacto do governo de direita eleito foi um plano de segurança pública. Nos Estados Unidos, a conexão entre segurança e imigração pode ser traçada desde o governo Reagan, que enfatizou a luta contra os comunistas na América Central, até a vinculação estabelecida entre terrorismo e imigração após os atentados às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001.

A forma como a questão da imigração tem sido tratada na França e nos Estados Unidos, como parte de uma agenda de segurança, parece revelar a consolidação de um padrão que envolve não apenas Estados Unidos e França, mas também uma série de outros países ricos receptores de imigrantes, que têm, cada vez mais, adotado políticas restritivas que visam coibir a emigração dos países pobres e restringir os direitos de imigrantes já estabelecidos. A consolidação de um "espaço de segurança" regido por determinadas regras, e onde os indivíduos têm determinados direitos reconhecidos, parece caminhar de

mão dada com a estigmatização de determinados países e pessoas como "ameaças", o que justificaria a limitação de suas liberdades e de seus direitos.

CAPÍTULO III – A CIDADE LUZ EM CHAMAS

3.1 Onda de Violência

Fênix - (gr.phoînix) Ave mitológica, símbolo da alma e da imortalidade que, segundo a crença dos antigos, vivia muitos séculos e por fim se queimava para ressurgir das próprias cinzas. (Michaellis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa)

Outubro de 2005: jovens descendentes de imigrantes desencadearam um protesto em reação à morte violenta de dois deles. Em seguida, a extensão da fronteira da violência. Pela primeira vez em 25 anos, a violência afetou o território nacional no seu conjunto. E a importância adquirida pela presença da imprensa internacional na cobertura dos acontecimentos não tem comparação com qualquer outra situação do tipo.

Em 27 de outubro, a denúncia de roubo de um automóvel levou a polícia a *Clichy sous Bois* (cidade da periferia de Paris, com 23 mil habitantes). Essa intervenção terminou em um acidente grave: três adolescentes, para fugir dos policiais, pularam o muro de uma central elétrica – dois deles morreram eletrocutados, e o terceiro sobreviveu com ferimentos graves. Naquela mesma noite, carros foram incendiados na cidade e verificaram-se também incidentes com a polícia e o corpo de bombeiros. No dia 30, o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, anunciou que receberia as famílias dos adolescentes mortos, que no entanto se recusaram a encontrá-lo.

Por várias noites consecutivas a violência prosseguiu em *Clichy*. Por algum tempo, a polícia não falou de levantes e sim de "incidentes localizados".

Os acontecimentos de *Clichy* constituem o epicentro da "Crise de Novembro" apresentam a mesma forma básica: na raiz, um protesto violento desencadeado em resposta à morte violenta de dois jovens, após uma intervenção policial.

A idéia de "classe perigosa"²¹ regressa com toda a força, como muitos sociólogos vêm indicando há algum tempo a respeito desses conflitos, na medida em que aí se combinam o sentimento de opressão e a percepção da delinqüência, por parte daqueles que a praticam, como ato de resistência legítimo (HOBSBAWN. 1976). Tal sentimento de injustiça e o protesto que ele alimenta, a recusa em aceitar a banalização da morte, são inseparáveis de uma cultura política republicana que afirma a prioridade do direito à vida e dos direitos humanos em geral. Em outras palavras, desenha-se em torno da *émeute*, um importante conflito de interpretações no que se refere à responsabilidade da polícia no incidente: de um lado, o Estado tenta evitar ao máximo que a polícia seja desacreditada; de outro, os jovens, por experiência, consideram a responsabilidade dos policiais um fato indubitável. Neste caso, como no de Toulouse, a mídia hesita entre as duas versões em confronto

A imprensa de início referiu-se simplesmente a uma "morte acidental", mas pouco a pouco começou a interessar-se pelos detalhes. Os primeiros resultados do inquérito administrativo permitiram constatar que um policial havia prevenido seus colegas, por rádio, quanto ao risco de morte que os adolescentes corriam. A mensagem foi captada por várias viaturas, mas nada foi feito para salvá-los, e os policiais diretamente envolvidos continuaram afirmando não ter visto nada. As declarações do terceiro adolescente, que escapou com ferimentos graves, confirmaram que os três haviam buscado refúgio no interior da central para escapar da polícia. Um inquérito judicial foi aberto para estabelecer a verdade dos fatos, que, como sempre nesses casos, deverá levar muito tempo para vir a público.

O sentimento de injustiça que a *émeute* traduz – e de impotência quanto à possibilidade de uma resposta institucional justa à violência sofrida – tem a ver com essa situação, que, por isso, não pode ser explicada apenas à luz de indicadores gerais relativos às condições de vida dos jovens pobres descendentes de imigrantes, quer sejam as desigualdades sociais ou as discriminações

²¹ Expressão utilizada pelo Le Monde Diplomatique como retranca para tratar da revolta francesa. Edição de dezembro de 2005

efetivamente sofridas por eles. O protesto revela a que ponto esses jovens estão imersos na cultura política francesa dos direitos humanos, que reprova a banalização da morte violenta e injusta. Nesse sentido, vale ressaltar o quanto as *émeutes* francesas se diferenciam dos *riots* norte-americanos, que causam dezenas de mortes; na França, essa violência só produz perdas materiais. Ao mesmo tempo, a impermeabilidade à crítica que garante uma legitimidade incontestada às instituições republicanas – das quais faz parte a polícia – é vivida pelos *émeutiers* como algo intolerável, uma vez que os desqualifica e desqualifica seu protesto.

CAPÍTULO IV – A ANÁLISE MIDIÁTICA ACERCA DO TEMA

4.1 Mídia francesa: *Lê Monde* e *Lê Monde Diplomatique*

O jornal *Le Monde*, em formato impresso, iniciou suas atividades no território francês em 1944, sob o comando de Hubert Beuve-Méry.

Na edição de comemoração dos cinquenta anos do *Le Monde Diplomatique* em março de 2004, Ramonet, seu editor chefe, explica que a fundação do *Le Monde* deu-se a pedido do general De Gaulle que "desejava ver nascer um diário de qualidade, ponta de lança da difusão cultural e política francesa". Beuve-Méry, professor de Direito no Instituto Francês de Praga que havia deixado o posto de correspondente do *Le Temps de Paris*, veículo controlado por um grande grupo industrial, foi convidado pelo general a encabeçar esse grande projeto.

Em alguns anos, continua Ramonet, "ele fez desse jornal austero uma instituição, leitura quase incontornável de todos aqueles que, na França e no mundo francófono, assumia responsabilidades". Beuve-Méry afirmava que o segredo do sucesso era falta de dinheiro. Defensor da paginação limitada, ele acreditava que a redação perderia seu objetivo informativo se seus leitores não lessem o diário do começo ao fim. A intenção de Beuve-Méry seria tratar o jornal como um todo – um mosaico de informações que, entre si, se complementassem. Tinha como meta uma publicação de laudas reduzidas e concisas. Isso começou a

mudar nos anos 50, quando o periódico passa a tratar também de entretenimento, aumentando o corpo editorial e também a equipe jornalística.

Paralelamente, pensava-se em um lócus específico para a política internacional. Beuve-Méry enfrentava dificuldades para nomear esse novo espaço a ser criado. Escolheu o termo *Journal des cercles consulaires et diplomatiques*, para uma edição mensal direcionada ao universo das embaixadas. Nascia, assim, a 2 de maio de 1954, o *Le Monde Diplomatique* - também denominado de *Diplo* - que deveria seguir a mesma linha editorial de seu criador.

Esse panorama começa a modificar-se quando o jornalista Claude Julien assume a direção da redação do Diplo, afastando-se do perfil característico do Le Monde. Há um aumento da tiragem do periódico, mas as tensões entre os dois jornais tornam-se cada vez mais fortes, culminando no rompimento que institui, até o presente momento, a independência editorial do Le Monde Diplomatique. Ao longo dos anos 80, a equipe de Claude Julien se esforça para obter, igualmente, a autonomia de gestão.

Na versão brasileira em versão digital do Diplo consta que:

"Em 1996, foi criada a sociedade anônima Le Monde diplomatique SA, que tem como acionistas o próprio Le Monde, a equipe que faz o Diplo, representada pela Associação Gunter Holzmann, e - aqui está a principal novidade: a associação Les Amis du Monde diplomatique, representada por mais de 10 mil leitores. Nesta sociedade tripartite, os jornalistas e os leitores detêm 46,7% dos votos, o que garante sua autonomia (pela lei francesa, o direito de veto, numa sociedade anônima, pode ser garantido por quem detenha 33,34%)²².

Atualmente, os contrastes entre os dois jornais, considerados aqui em suporte digital, não se limitam a linhas editoriais antagônicas; a própria formatação on-line demonstra padrões totalmente distintos de estética e organização do material informativo.

O espaço de adentramento ao conteúdo do Le Monde é segmentado em inúmeras sessões, simulando um universo de conhecimento ilimitado que o olhar

é incapaz de captar num único relance. Nada impede-nos de supor que, esse cenário assim montado, pode intimidar o leitor em vista da tarefa de percorrer todos os links colocados simultaneamente à sua disposição na tela do computador. Nada escapa ao "clima" de euforia sugerido pela multiplicidade de notícias publicadas a cada minuto no jornal, verdadeira "janela" aberta para o mundo. A "poluição visual" presente em sua página inicial guarda similaridade com os espaços urbanos característicos das grandes metrópoles em termos de uma interação de imagens, luzes e cores. Ela traduz os "tons" da modernidade.

Isso nos leva a pensar na possibilidade de interpretar o arranjo gráfico do Le Monde como uma metáfora espacial de superioridade da instituição jornalística.

Curiosamente, prepondera no Diplo a simplicidade que Beuve-Méry preconizava no início do Le Monde. O predomínio do branco como cor de fundo, a ausência de ilustrações e de anúncios de publicidade, além do pequeno número de links, criam um quadro menos caótico e mais rarefeito, no qual os destaques são dados aos títulos e conteúdos. As únicas fotografias existentes dizem respeito ao jornal impresso; elas retratam o mesmo veículo em outro suporte. Assim, é possível, em uma só "varredura", percorrer quase todos os temas comentados e analisados em determinada edição; somos encorajados, conseqüentemente, a prosseguir nossa busca de informações.

Com essas considerações feitas, vejamos os procedimentos utilizados pelo Diplo na representação de um mesmo fato marcante na sociedade francesa no ano de 2005: a onda de violência que durou quase um mês, tendo os franceses filhos de imigrantes como personagens principais.

4.2 O que a mídia entende por violência?

A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com a vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências comuns, banais e instaladas. (Yves Michaud)

A discussão em torno *da responsabilidade da mídia* na condição de *incitadora da violência urbana* especificamente, tem sido quase tão importante, de

alguns anos para cá, quanto o debate sobre a própria violência. Essa discussão intensificou-se a partir de 1998, depois que um canal regional de televisão filmou diretamente grupos de jovens de um bairro de Strasburgo²³ queimando carros na noite de Ano Novo. Até ali, as imagens de carros queimados de que se dispunha eram as do dia seguinte, as das carcaças carbonizadas com grupos de curiosos em volta, num ambiente de destruição. Na noite de Ano Novo de 1997, pela primeira vez uma equipe de jornalistas, acompanhando a frequência de rádio do corpo de bombeiros, como há muito se faz no Brasil, pôde filmar ao vivo os incêndios. As reações da opinião pública foram tanto mais virulentas quanto se pretendia que essas imagens, divulgadas por todas as emissoras de televisão.

O momento das *émeutes*²⁴ tinha também esse significado: por meio da violência tornava-se possível constituir um espaço de conflito e de debate; e, inclusive, quanto mais intensa a violência, maiores as chances de uma abertura de espaço.

Uma reconstituição dos fatos efetuada pelo jornal *Libération* mostra que, em 15 de dezembro, uma autoridade da área de segurança de Strasburgo divulgou estatísticas relativas à queima de carros na cidade no período de fim de ano. Um despacho da agência *France Press* em 26 de dezembro alimentou as redações de jornais com a informação de que o número de incêndios estava crescendo. Isso bastou para que uma rede de televisão local tomasse a iniciativa de filmar ao vivo a queima de carros, confirmando o interesse público pelo problema e abrindo espaço para ampliá-lo.

4.3 Análise textual

A Análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a "discursos" extremamente diversificados. Seu objetivo consiste na manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para

²³ Cidade ao norte da França, próxima à fronteira com a Alemanha.

²⁴ Termo francês para designar protestos que usam de violência.

evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 1977). Divide-se em dois tipos: qualitativa e quantitativa. A característica da análise qualitativa é que o pesquisador pode fazer inferências fundadas na presença de índices (temas, palavras, expressões, etc.) e, a partir disso, descobrir os "núcleos de sentido" que compõem a comunicação, enquanto que, na análise quantitativa, o determinante é a frequência com que o índice se apresenta no discurso.

Na seção seguinte será apresentada uma breve análise de conteúdo qualitativa, realizada a partir da análise de matérias da publicação mensal *Le Monde Diplomatique*.

Corpus selecionado para o estudo: três matérias do *Diplo* sobre a onda de violência, da edição de dezembro de 2005. Num primeiro momento, os textos são desmembrados em várias partes, para que os índices sejam identificados e analisados.

Posteriormente, para verificar um discurso uníssono nas matérias do *Diplo*, as matérias foram repartidas para análise em 3 grupos – índices que aparecem nas três matérias.

Anatomia da revolta

Antes do texto ter início, tem-se a retranca:

“DOSSIÊ FRANÇA / NOVAS “CLASSES PERIGOSAS”

Nesse fragmento, o *Diplo* escancaradamente faz o uso de uma expressão pejorativa ao classificar os protagonistas do conflito de “Classe Perigosa”. O uso das aspas isola as palavras do resto da retranca, demonstrando que eles têm origem em outra fonte que não no dicionário de valores do *Diplo*. Esse artifício aponta para a não-coincidência do discurso consigo mesmo, já que evoca um outro discurso que o leitor deve captar nas entrelinhas. Logo surge a pergunta:

“Perigosos para quem?”. Aos franceses “genuínos”. A publicação toca, com essa simples aliança de palavras, no ponto fraco da sociedade francesa – novamente, a crise de identidade.

“Um olhar em profundidade sobre o desabamento das velhas relações sociais nas periferias, a criminalização da pobreza e a busca, pelos jovens, de novas formas de identidade. Um alerta: é preciso recriar um projeto de transformação, para que crise não vire pretexto para retrocessos”

Levemos em conta a data da publicação – dezembro de 2005. Os confrontos cessaram cerca de dez dias antes do início do mês da publicação, sufocados por deportações e repressão policial. Porém, um fato merece maior atenção: o governo francês pôs em prática uma medida de emergência (toque de recolher) formulada em 1955, época da guerra contra a Argélia. O autor então, não reconhece a medida como um retrocesso, quando enuncia “para que a crise não vire pretexto para retrocessos.

“Ao impedir os indivíduos de fazer projetos em longo prazo (como comprar um imóvel, casar, viajar) aprisiona-os no presente e os obriga a biscates quotidianos, que os expõem aos pequenos delitos.”

Mais à frente, Laurent discorre sobre o alto índice de desemprego nas periferias, principalmente dentre os jovens. Mas no trecho final destacado acima, o autor, que clama por uma análise mais profunda da crise com o título “A Anatomia da Revolta”, reduz o sentimento de indignação dos protagonistas à frustração de não obterem supérfluos como viagens – e que isso os leva aos pequenos delitos.

A polícia quer a “reconquista dos bairros”

Logo após o parágrafo sobre desemprego, surge o intertítulo acima. Novamente com o artifício das aspas, Laurent separa, nas entrelinhas, o francês do francês filho de imigrante. Ao sugerir “reconquista dos bairros”, o autor induz

que território francês foi tomado pelos participantes da revolta, e que, num linguajar de guerra, a ordem tem que toma-lo novamente.

DOSSIÊ FRANÇA / OUTRA POLÍTICA

Combater o apartheid

Pressionado por suas ambições presidenciais, o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, pressiona permanentemente o primeiro-ministro Dominique de Villepin e seus líderes rivais na extrema-direita, Jean Marie Le Pen e Phillippe de Villiers. Pôs fogo, para se vangloriar ao apagá-lo. E sua provocação verbal ressoou como uma incitação, aos ouvidos de certos policiais, tentados a se comportar como um exército colonial nos subúrbios majoritariamente habitados por populações francesas, de origem árabe ou africana

Nota-se que sempre os motivos principais da revolta (condições sociais dos imigrantes e descendentes) é sempre posto de lado. A discussão política toma sempre o espaço, centralizando a culpa em Villepin ou Sarkozy, lançando mão de um discurso irônico.

As causas da revolta

O sinal para a escalada foi dado pelo anúncio, feito pelo ministro (Sarkozy), de uma «limpeza Karcher» da «ralé» dos bairros pobres¹, seguido, em Clichy-sous-Bois da morte de dois adolescentes em um gerador da EDF² e do lançamento de uma granada diante da mesquita de Bilal. O ministro do Interior teria certamente podido interromper a revolta, se tivesse se dirigido ao local para se desculpar.

O trecho acima vem pouco após o início do texto. Percebe-se que novamente o Diplo tenta diminuir a revolta ao dizer que com um pedido de desculpas do ministro Sarkozy certamente impediria a revolta – como se fosse simples assim – hipótese que é reforçada pelo subtítulo “As causas da revolta”, colocando o não-pedido de Sarkozy como primordial como estopim da crise, e

deixando para segundo plano as condições precárias de emprego, habitação e vida dos imigrantes e seus descendentes.

Papel e limite da discriminação positiva

Evidentemente, não se trata de desprezar as «pequenas mudanças» — desde que, é claro, elas caminhem no bom sentido. Como por exemplo, a convenção assinada pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris com alguns liceus das Zonas de Educação Prioritárias (ZEP). Alguns temiam que, ao ingressar sem passar por concurso, os jovens vindos dos subúrbios se tornassem estudantes desqualificados. Mas isto não aconteceu: todos ou quase todos figuram rapidamente entre os mais brilhantes da *Sciences-Po* — resta saber se sua entrada na vida ativa será também um sucesso.

Na esfera do direito, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966, em seu artigo 1º, conceitua discriminação como sendo: “Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor descendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.”

Sendo assim, o termo utilizado pela publicação “discriminação positiva” legitima a o preconceito ao associar termos tão contraditórios. O Diplo prefere chamar as ferramentas de “reparação social” (como se diz no Brasil com o sistema de cotas, por exemplo) de “discriminação positiva”, tornando autêntico o sentimento de preconceito e acentuando mais ainda a cisão na sociedade francesa.

DOSSIÊ FRANÇA / RETROCESSO

SOB ESTADO DE URGÊNCIA

Ao longo dos anos, sem que tenha havido um verdadeiro debate, foram se tornando legais os controles de identidade em maiores circunstâncias, os interrogatórios a distância por vídeo-

conferência, a busca em veículos em caso de simples investigações preliminares, a conservação de dados de conexões via internet durante um ano, a possibilidade de anonimato de testemunhas, os centros fechados para menores, as sanções educativas aplicadas a partir dos dez anos de idade, a remuneração de delatores...

O LMD, junto com o *Le Monde*, é com toda a certeza um dos jornais mais influentes da França – e em vários outros países da Europa. Fazendo uma busca em artigos e textos antigos da publicação, nota-se que a questão da imigração na França fora tratada antes apenas 1 única vez anteriormente, de forma superficial, desde a fundação do mesmo (2001). No trecho e ao longo do texto a publicação critica a falta do debate sobre o tema, sendo ela mesma uma das principais responsáveis pelo desaparecimento do assunto (*Agenda Setting*).

Conclusão

Verifica-se distintos pontos de vista quanto ao estilo opinativo e as representações da França, dos franceses e da revolta em si construídas pelo *Le Monde Diplomatique*. No que diz respeito à fabricação de sentido, os pontos de vista emitidos podem ser encontrados em dois grupos de informação: a diminuição das causas revolta e da situação dos imigrantes, e a culpa de Villepin e Sarkozy, eximindo o povo francês.

O *Le Monde Diplomatique* de fato se constitui uma mídia alternativa aos meios de comunicação de massa, de maneira a contestar o neoliberalismo e a exclusão social oriunda do atual modelo de globalização. No entanto, a linguagem é rebuscada na maioria dos textos, o vocabulário não é acessível e ele veicula muitos valores e idéias nas entrelinhas, muitas vezes opostos ao que está sendo exposto diretamente.

No *Diplo*, o discurso direto e a modalização autonímica são recursos lingüísticos que constituem fronteiras claras entre a enunciação jornalística (*imaculável, acima de qualquer suspeita, austera*) e o discurso do “outro” que aparece sempre individualizado pelo nome próprio (Villepin, Sarkozy, Jacques Chirac) - e desqualificado pelo jornal que lhe confere traços de passividade, fraqueza e irracionalidade.

Assim, por meio de um estilo opinativo autoritário e defensivo, cria-se um quadro de uma França enfraquecida.

Os textos lançam mão de um estilo opinativo conciso e crítico. A opção por estratégias enunciativas de destaque da palavra alheia, por meio de marcadores gráficos como itálico e aspas, demonstra sua incompatibilidade com o universo de valores defendido pela publicação. Esse dizer do “outro”, inserido no corpo do texto do jornal, vem de uma fonte enunciativa genérica da qual os sujeitos enunciadorez faz questão de se distanciar: o grupo preconceituoso.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio: Relume-Dumará, 1994.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978
- GLASSNER, Barry. *Cultura do medo*. São Paulo: Francis, 2003.
- HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional*. Ensaio políticos. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- MORIN, Edgard. *Cultura de Massas do Século XX - Neurose (I)*.
- PROSS, Harry, *Estrutura simbólica do poder*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.
- PROSS, Harry. *A violência dos símbolos sociais*. Barcelona, Anthropos, 1989 (tradução Vicente Romano).
- SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez Editora, 1992
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1995

ANEXOS

Matérias do *Le Monde Diplomatique*

DOSSIÊ FRANÇA / NOVAS “CLASSES PERIGOSAS”

A) Anatomia da revolta

Um olhar em profundidade sobre o desabamento das velhas relações sociais nas periferias, a criminalização da pobreza e a busca, pelos jovens, de novas formas de identidade. Um alerta: é preciso recriar um projeto de transformação, para que crise não vire pretexto para retrocessos

Laurent Bonelli

Antes de repetir certas generalidades em tom grandiloquente, certos analistas deveriam examinar em detalhe as condições sociais das periferias e as circunstâncias da revolta

Milhares de carros queimados, equipamentos sociais (escolas, creches, centros esportivos) destruídos, decretação do estado de emergência, cerca de 2800 pessoas com prisão preventiva decretada, quase 400 condenadas à prisão fechada: o resultado dos tumultos que abalaram a França entre o final de outubro e o mês de novembro de 2005 é significativo em termos materiais, humanos e psicológicos. Mas o que aconteceu exatamente?

Diversos comentaristas franceses e estrangeiros somam-se para apontar, nesta crise, os sinais da derrocada da nossa sociedade sob os golpes daqueles que chamam, alternativamente, de «hordas de selvagens», «inimigos do nosso mundo» ou de vanguarda esclarecida de um proletariado «pós-colonial». Um após o outro, eles insistem sobre o fim do «modelo francês», sobre «o desenvolvimento de uma sociedade paralela não submissa às leis da República» ou sobre «a crise da civilidade urbana». Antes de enunciar essas grandes generalidades, de acordo com seus interesses políticos e sociais, esses observadores deveriam ter se inspirado, com uma certa modéstia, nos preceitos básicos para a análise da ação coletiva.

Desemprego, desencantos e humilhações

Para compreender essas desordens, é preciso se debruçar sobre suas condições sociais, as razões da sua eclosão e suas circunstâncias — já que as mesmas causas não produzem sempre os mesmos efeitos. No pano de fundo do cenário dessas violências, aparece primeiro uma crise de reprodução dos ambientes populares. Eles foram profundamente afetados pelas conseqüências da crise econômica surgida na segunda metade dos anos 70 e pelas transformações induzidas na passagem a um modelo pós-fordista de produção. Automatização, informatização e deslocalizações de empresas provocaram um desemprego maciço que se aliou ao uso generalizado da terceirização e dos empregos temporários. Esses dois fatores aumentaram a precarização das condições de vida das classes populares, invertendo a tendência que prevalecera no período em que surgia uma sociedade salarial baseada no crescimento econômico e em um Estado social forte.¹

Vinte anos de desregulamentação destruíram o velho mundo operário dos subúrbios, despertaram sonhos nunca realizados, e ao fim aprisionaram as pessoas em seu presente cinza

Esse fenômeno toca principalmente os jovens. Nos bairros que ocuparam o noticiário, nessas últimas semanas, os dados do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE) indicam, para os jovens de 15 a 24 anos, taxas de desemprego consideráveis – e sempre superiores às do município em que se encontram: 41,1% no bairro La Grande Borne, em Grigny contra 27,1% para o município; 54,4% nos bairros de Reynerie e Bellefontaine contra 28,6% no município de Toulouse; 31,7% no bairro de Ousse-de-Bois contra 17% em Pau; 37,1% no conjunto habitacional de Clichy-sous-bois contra 31,1%, em Montfermeil; 42,15% para o bairro de Bellevue, contra 28,6% em Nantes-Saint Herblain... Esta desestabilização salarial não teve apenas efeitos econômicos: ela também abalou as referências das juventudes populares. Reintroduziu a insegurança quanto ao futuro. Ao impedir os indivíduos de fazer projetos em longo prazo (como comprar um imóvel, casar, viajar) aprisiona-os no presente e os obriga a biscates quotidianos, que os expõem aos pequenos delitos. Ao mesmo tempo, a massificação do ensino prolongou a permanência dos adolescentes no sistema escolar, do qual antigamente teriam sido excluídos. Isso os leva a ter esperanças de ascensão social e os afasta ainda mais do mundo operário de seus pais². Porém, tais esperanças rapidamente se perdem, já que a escola não transforma as hierarquias sociais. Este desencanto teve como conseqüência a banalização das badernas, das provocações e, sobretudo do abandono do sistema escolar: a porcentagem de pessoas sem qualificação chega a 30% ou 40% nos bairros já citados, contra 17,7% na média nacional.

É preciso também acrescentar os efeitos das políticas urbanas desses últimos vinte anos. Elas concentraram em um certo número de bairros periféricos – sem criar guetos — famílias numerosas, freqüentemente sem raízes e sofrendo muito sob a pressão dos diversos problemas existenciais descritos anteriormente.³

Esta crise nas camadas populares é, portanto, profundamente social. Ela se traduz, ao mesmo tempo, pelo declínio das formas coletivas de organização (sindicatos, partidos políticos) e pela exarcebação nas camadas populares da concorrência (entre «franceses» e «estrangeiros», mas também entre operários com carteira assinada e os « temporários durante a vida toda»). Isso gera um mal estar profundo, e uma espécie de reclusão no espaço doméstico que, a partir do início dos anos 90, será interpretada pelos políticos como uma «demanda de segurança» por parte dos seus eleitores.

A polícia quer a “reconquista dos bairros”

Os novos métodos policiais priorizam combate aos pequenos delitos. Tratam o jovem da periferia com controles de identidade, inquéritos, humilhações e, às vezes, pancadas

Essa leitura das relações sociais como questão de segurança está no princípio da evolução das estratégias policiais. A partir desse período, foi dada prioridade a uma polícia que prioriza a intervenção à investigação — ou, como afirmavam os governantes socialistas, uma polícia comunitária. O desenvolvimento de brigadas anticriminais (BAC) é o mais significativo deste movimento, que certos policiais não hesitam em denunciar como uma «militarização» da sua profissão.

Fortemente armados com materiais ofensivos e defensivos — como *flash-ball* e recentemente *teasers* (armas não-letais de descarga elétrica), essas unidades preferem «atacar» que investigar. Isto, em um contexto político que apela à «reconquista dos bairros», reduz a maioria das suas intervenções quotidianas à repressão sem delitos, a controles sem infrações, o que origina tensões. Diante das aglomerações de jovens e dos tumultos, a polícia responde com inúteis (e repetidos) controles de identidade, humilhações, às vezes pancadas e freqüentes processos por «ultraje» e «rebelião».

As prioridades dadas à intervenção sobre a investigação refletem-se fielmente nas estatísticas policiais. O número de ocorrências registradas pelos serviços de polícia e dos gendarmes dobrou, entre 1974 e 2004. Mas o número de pessoas interrogadas por infração às leis sobre drogas (ILS) multiplicou-se 39 vezes; e os interrogatórios por suposta infração à lei sobre estrangeiros (ILE), é 8,5 vezes maior. Ao mesmo tempo, as taxas de elucidação (casos resolvidos/fatos constatados) diminuíram muito, passando de 43,3% a 31,8%. Em outros termos, isso significa que

a atividade policial concentra-se em pequenos delitos, cuja constatação resulta da presença policial nas ruas, assim como a intensificação do controle de certos grupos sociais.⁴

Esta intensificação é largamente responsável pela deterioração das relações entre a instituição e esses grupos e alimenta as violências ditas «urbanas». Na verdade, nos esquecemos, muitas vezes, que a ordem e a desordem são co-produções, nas quais as instituições de segurança têm um papel tão importante como as populações com as quais são confrontadas.

O desprezo social e a virilidade guerreira do ministro do Interior radicalizaram os protestos. Cristalizaram humilhações e rancores, deram-lhes um alvo comum

Degradação econômica, social e moral das camadas populares, oprimidas por trinta anos de políticas liberais. Estratégias policiais — e também sociais — adotadas para controlar seus filhos⁵ : não faltam razões para as explosões nas periferias. Pode-se até perguntar porque elas não explodem mais vezes.

O elemento que desencadeou a série de violências que chocaram a França, no fim de outubro de 2005, foi a morte trágica de dois adolescentes e os graves ferimentos em um terceiro, que procuravam escapar a um controle em Clichy-sous-Bois. A cólera e a indignação no bairro acabaram em enfrentamentos com as forças da ordem, incêndios de carros, equipamentos urbanos e diversas destruições. Como de hábito, pode-se dizer.

Os «especialistas em violências urbanas» têm a tendência a silenciar rapidamente sobre a responsabilidade policial na origem de violências coletivas. A antiga comissária dos serviços de informação Lucienne Bui Trong lembra isso, a contragosto, quando reconhece que a polícia está implicada — direta ou indiretamente — no desencadear de um terço das 341 tumultos populares recenseados pelo seu serviço entre 1991 e 2000.⁶ Cifra à qual seria preciso acrescentar as decisões da justiça e os crimes cometidos por vigias e por particulares. Deste ponto de vista, os acontecimentos de Clichy-sous-Bois não diferem de outros trágicos precedentes, porém tiveram uma difusão sobre a qual é necessário refletir. Em primeiro lugar esta extensão é acompanhada de uma mudança de natureza. Como constatou Jean Claude Delage, secretário geral do sindicato da polícia Alliance: «No início, foi o enfrentamento com a polícia; hoje, trata-se mais de pequenos grupos que fazem um pouco de guerrilha urbana, sem afrontar diretamente as forças da ordem»⁷. A diminuição destes confrontos deve-se ao fato de que, fora do contexto emocional ligado à morte de um próximo (família, amigos, conhecidos),

não estão reunidas as condições para que dezenas ou centenas de indivíduos desafiem as forças da ordem.

A forma de ação que lhes resta

A mídia tratou os fatos como espetáculo. Isso sincronizou, homogeneizou e difundiu um repertório de ações violentas, e deu crédito à ficção de um “movimento nacional”

A cólera observada em Clichy, como em outros bairros, quando ocorrem dramas similares, ultrapassa muito os «jovens». Ela é compartilhada por um grande número de adultos e famílias que, embora não participem dos conflitos, dizem compreendê-los. O que é profundamente diferente numa situação onde um drama é vivido a distância. Neste caso, as mobilizações só podem ser feitas por pequenos grupos que se conhecem, e assumem outras formas. Os incêndios de carros são uma delas.

Esta prática não data do outono de 2005: 21.500 carros foram queimados em 2003 (ou seja, uma média de 60 por noite), na maioria das vezes sem violências coletivas. Se as motivações são diferentes (destruição de veículos roubados, problemas familiares, golpes nas seguradoras...) fica claro que em certos bairros essa prática é comum. Fáceis de fazer e espetaculares, os incêndios (de carros, mas principalmente de latões de lixo) tendem a se tornar, para os mais jovens, uma maneira comum de protesto. Aliás, uma das poucas que, em um contexto de desorganização e abandono por parte dos políticos, resta a essas populações para se fazer ouvida.

Na verdade, o acesso a formas pacíficas de mobilização, que marca a participação nos círculos legítimos de representação, permanece acessível, mas de maneira desigual segundo os grupos sociais. O uso destes repertórios de ação publicamente desqualificados não deve se confundir com a delinqüência. Alguns indivíduos implicados nas recentes desordens têm, tiveram ou terão comportamentos delinqüentes. Porém, são dois fenômenos distintos e independentes. É principalmente isso que explica o fato da maioria das pessoas levadas a depor nos tribunais não terem antecedentes com a justiça.

O recurso a violências incendiárias, nutridas por anos de degradações sociais, econômicas e pelo endurecimento do controle policial, encontrou força moral e energia para reagir ao discurso radical do ministro do Interior e a caixa de ressonância constituída pela mídia, principalmente a TV. A mistura de desprezo social e de virilidade guerreira de Nicolas Sarkozy, demonstrada por ocasião de suas declarações públicas, atizou os tumultos. Ele cristalizou as humilhações e os ódios acumulados ao lhes oferecer um alvo comum. Ardoroso partidário dos cálculos de correlação de forças, o ministro pretendia tirar uma espécie de benefício político da sua firmeza e, ao mesmo tempo, quebrar aquilo que entendia como

resistências a sua política de ordem. Este cálculo pode ser exato em curto prazo, mas ele aumentou a intensidade da violência e deixará traços indeléveis, dos quais é impossível adiantar os efeitos, na memória coletiva dos conjuntos habitacionais.

Das interpretações envezadas ao retrocesso

A influência da mídia também foi preponderante. Assim como uma assembleia de grevistas começa sempre pela informação sobre as unidades de trabalho que estão participando do movimento, toda mobilização local tira uma boa parte da sua eficácia da dinâmica coletiva na qual ela se inscreve. Neste caso, a dinâmica coletiva foi admiravelmente retransmitida pela imprensa. Mais do que uma lógica de imitação nutrida pela vontade de fazer «melhor» que o bairro vizinho, o tratamento das informações relativas à crise sincronizou, homogeneizou e difundiu repertórios da ação violenta. Dessa maneira, deu crédito à ficção de um movimento nacional.

Princípios básicos da sociologia da ação coletiva permitem compreender a dinâmica da crise e invalidam definitivamente as teorias sobre a sua manipulação pelos islamitas radicais ou grupos do crime organizado. Na melhor hipótese, estas interpretações demonstram a incapacidade de compreender a situação. No pior caso, são uma manipulação cínica, interessada em justificar a perda de controle e/ou o uso de medidas radicais para enfrentar os protestos.

Porque é aí que está, sem dúvida, um dos maiores riscos dos acontecimentos recentes. Da mesma maneira que a rejeição a Constituição europeia foi imediatamente interpretada por nossos governantes como vontade de mais desregulamentação, os tumultos do outono de 2005 irão servir de pretexto para novas regressões nos programas sociais. A aprendizagem profissional aos 14 anos, o fim provável do colegial único e a aceleração da flexibilização do emprego não-qualificado são as respostas já apresentadas para responder às incertezas da juventude popular.

O endurecimento policial e judicial, cujo efeito funesto para a coesão social e a ordem pública é conhecido, deverá ser reforçado. A chantagem para receber os benefícios sociais, com a qual alguns políticos sonhavam há muito tempo, foi revigorada e os relatórios mais reacionários (como o relatório Benisti ou o do Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica-Inserm sobre as «crises dos adolescentes») retomaram a cena, para definir como patológicos os comportamentos descritos como «anti-sociais» dos filhos das famílias modestas ou dos imigrantes.

Os dois caminhos possíveis

O mais urgente é a reconstrução de solidariedades reais. Sem elas, a direita aproveitará os fatos para ampliar a regressão social e a criminalização da revolta

Esse movimento utiliza a estrutura da vida política. Aproveitando-se da disputa dentro das classes populares (os que «venceram» contra os que «não querem se sair melhor», as «vítimas» contra os «autores», os «franceses» contra as «famílias que praticam a poligamia»), o governo vai explorar as desordens atuais para destruir tanto as proteções sociais e salariais quanto as formas desordenadas de resistência à ordem da desigualdade que ele defende. Isto deveria obrigar uma esquerda politicamente conseqüente a aproveitar esta ocasião para levar avante um projeto de transformação capaz de preencher as fissuras abertas nos meios populares pelos trinta anos de revolução conservadora.

As confusões do Partido Socialista sobre o prolongamento do estado de emergência, a incapacidade do Partido Comunista ou das formações da extrema esquerda para sugerir uma alternativa àqueles que tendem a se tornar «as novas classes perigosas» ou a integrar suas especificidades mostram que não se está encontrando um caminho.

Neste caso, as «soluções» trazidas para a crise não farão mais do que reforçar as razões que estavam em sua origem. A reconstrução de solidariedades efetivas é mais do que nunca necessária. A organização, em torno de objetivos políticos comuns, de indivíduos de *status* profissionais, confessionais e origens diferentes foi o que permitiu melhorar o destino coletivo e arrancar conquistas sociais que os liberais e seus servidores obstinam-se em destruir — nas periferias e em todos os lugares.

(Trad.: **Celeste Marcondes**)

1 - Robert Castel, *Les Métamorphoses de la question sociale*, Gallimard, Paris, 1999.

2 - Ver principalmente *Observatoire des zones sensibles*, relatórios 2004 e 2005, Editions de la DIV, Paris.

3 - Laurent Bonelli, «Uma visão policial da sociedade», *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 2003.

4 - France Culture, 9 de novembro de 2005.

5 - Ler «Une vision policière de la société», *Le Monde Diplomatique* (original francês), fevereiro de 2003

6 - Lucienne Bui Trong. *Les Racines de la violence. De l'émeute au communautarisme*, Audibert, Paris, 2003, pág 63 e seguintes.

7 - France-Culture, 9/11/2005.

B) Combater o apartheid

Não basta condenar a atitude grosseira da direita e seu novo símbolo – o ministro do Interior Nicolas Sarkozy. Para dialogar com o mundo dos imigrantes, quem sonha com a transformação social precisa estar disposto a rever visões de mundo e formas de agir

Dominique Vidal

n em

«A gente não gostava deles, então pra nós era tudo igual» «Eles não gostavam da gente, então fizemos o mal» Magyd Cherfi, cantor, ex-líder do grupo Zebd

Para que um paiol exploda é preciso juntar pólvora e detonador. Sem detonador, a pólvora não explodirá. Sem pólvora o detonador vai falhar. É possível enxergar o que acontece nos subúrbios franceses desde o final de outubro a partir desta simples evidência.

Pressionado por suas ambições presidenciais, o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, pressiona permanentemente o primeiro-ministro Dominique de Villepin e seus líderes rivais na extrema-direita, Jean Marie Le Pen e Phillippe de Villiers. Pôs fogo, para se vangloriar ao apagá-lo. E sua provocação verbal ressoou como uma incitação, aos ouvidos de certos policiais, tentados a se comportar como um exército colonial nos subúrbios majoritariamente habitados por populações francesas, de origem árabe ou africana. «O Castigo vem a galope»: eis o símbolo do recurso ao estado de urgência, com base em uma lei de exceção de 1955 que permitiu o massacre de várias dezenas de argelinos na região de Paris, em 17 de outubro de 1961 e de dezenove militantes kanakes na gruta de Oluvéa, na Nova Caledônia, em 5 de maio de 1988.

As causas da revolta

O ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, ateou o fogo, para se vangloriar de apagá-lo

O sinal para a escalada foi dado pelo anúncio, feito pelo ministro, de uma «limpeza Karcher» da «ralé» dos bairros pobres¹, seguido, em Clichy-sous-Bois da morte de dois adolescentes em um gerador da EDF² e do lançamento de uma granada diante da mesquita de Bilal. O ministro do Interior teria certamente podido interromper a revolta, se tivesse se

dirigido ao local para se desculpar. Mas ressaltar as responsabilidades acachapantes de Sarkozy é uma coisa; fazer com que ele vista sozinho a carapuça é outra. Os dirigentes socialistas arriscaram-se a isso, com uma boa dose de hipocrisia. Há um ano, o oficialíssimo Tribunal de Contas lhes tinha respondido antecipadamente: «Esta situação de crise não é produto da imigração. Ela é o resultado da maneira pela qual a imigração é tratada.[...] Os poderes públicos se confrontam com uma situação que foi criada progressivamente no decorrer das últimas décadas. A quase totalidade dos observadores tem, pelo contrário, insistido no caráter espontâneo da explosão. Todos sabem que os verdadeiros tráficos prosperam em época de calmaria. Os líderes religiosos exerceram o papel de mediadores – até o extremo de uma estranha *fatwa* antiviolência, lançada pela União das Organizações Islâmicas da França (UOIF). Os acontecimentos de Clichy-sous-Bois jamais teriam alcançado tal repercussão se os bairros ditos sensíveis não estivessem no entroncamento de três crises exacerbadas: uma crise social, uma crise pós-colonial e uma crise de representação política. Elas exigem, a partir de agora, soluções globais, rompendo com a lógica neoliberal posta em prática pela direita, após ter sido aplicada por uma boa parte da esquerda. Eis, porque a classe política, aliada em sua imensa maioria à palavra de ordem governamental «ordem e justiça» mostrou-se muito mais eloqüente em favor do primeiro termo da frase que do segundo. Esta tendência a criar de saída um impasse em torno do problema, que é decisivo, poderá perdurar quando a calma for — provisoriamente — reencontrada? O futuro dos subúrbios merece reflexão, debate e ação.

“Integração”, promessa falsa

Quando o termo «integração» surgiu, nos anos 80, foi capaz de seduzir: ao contrário de «assimilação», ele parece admitir o respeito à cultura, às tradições, às línguas e às religiões dos novos cidadãos franceses. Mas, na prática, ele se revela uma armadilha. A partir do momento em que a integração não funciona, é em direção aos jovens dos subúrbios que se aponta o dedo acusador, como para lhes perguntar: «Por que vocês não fazem um esforço para se integrar?» Não se cogita voltar a acusação contra uma sociedade incapaz de assegurar igualdade de direitos e de oportunidades para todos os seus filhos, não importando sua origem, cor da pele, pronúncia de seus sobrenomes e nomes, a sua religião. E a moral encontra, aqui, o interesse nacional. Porque filhos e filhas dos imigrantes de ontem não têm nenhuma oportunidade de viver e de fazer com que seus descendentes tenham uma vida decente se não ocuparem seu espaço na sociedade francesa. Mas esta última não tem, da mesma forma, nenhuma chance de sair da crise global que atravessa se dispensar a contribuição, as energias e as competências de um décimo de sua população. É um dos desafios decisivos dos próximos decênios.

Como conseguir superá-lo? Não será, certamente, reduzindo os recursos destinados ao funcionamento e à renovação da sociedade. Desde a eleição de Jacques Chirac como presidente da República, em maio de 2002, os subúrbios foram as primeiras vítimas dos cortes de orçamento postos em prática em nome do sacrossanto Pacto de Estabilidade da União Européia. Os governos de direita reduziram os créditos destinados à reconstrução das moradias mais degradadas, suprimiram as centenas de milhares de «empregos-jovens» e «auxílios-educadores», diminuíram o número de professores e outros funcionários, cortaram as subvenções às associações, sacrificaram a polícia comunitária substituindo-a por um aparato de intervenção, etc. O «plano» anunciado no dia 8 de novembro pelo primeiro ministro Dominique de Villepin limita-se a restabelecer uma pequena parte destes créditos suprimidos pelo seu antecessor – e aproveita para questionar a escolaridade obrigatória até os 16 anos, implantada pelo general de Gaulle em 1959!

Desde a eleição de Jacques Chirac, as periferias foram as primeiras vítimas das reduções orçamentárias feitas em nome do sacrossanto Pacto de Estabilidade da União Européia

Além disso, para a grande maioria dos políticos, a solução residiria na promoção de uma pequena elite oriunda da imigração, cujos membros, em troca de sua ascensão social, se encarregariam de manter a ordem entre os seus pares. Ninguém formulou melhor que Sarkozy esta visão: como Dr. Jekyll e Mister Hide, o homem da ordem se apresenta também como o da mudança: ex-partidário da supressão da dupla pena, padrinho do Conselho Francês do Culto Muçulmano (CFCM), hesitante sobre a lei anti-véu, defensor da «discriminação positiva» e mesmo do direito de voto aos imigrantes nas eleições municipais. Por outro lado, o «relatório secreto» do secretário do Partido socialista encarregado da imigração, Malek Boutih, parecia singularmente reacionário – a tal ponto que foi, finalmente, descartado da rue de Solferino⁵.

Papel e limite da discriminação positiva

Evidentemente, não se trata de desprezar as «pequenas mudanças» — desde que, é claro, elas caminhem no bom sentido. Como por exemplo, a convenção assinada pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris com alguns liceus das Zonas de Educação Prioritárias (ZEP). Alguns temiam que, ao ingressar sem passar por concurso, os jovens vindos dos subúrbios se tornassem estudantes desqualificados. Mas isto não aconteceu: todos ou quase todos figuram rapidamente entre os mais brilhantes da *Sciences-Po* – resta saber se sua entrada na vida ativa será também um sucesso. E o sucesso desta experiência suscitou nos liceus

de bairros desprivilegiados uma certa esperança, mantida pela sustentação que asseguram muitos desses «grandes irmãos». É fácil imaginar a abertura que representaria a generalização desta discriminação positiva – fundamentada no social e não na etnia – em todas as grandes escolas. Mas não devemos exagerar seu tamanho. Ela só abrange algumas centenas de estudantes, entre cerca de um milhão de jovens que vivem em guetos.

Para corresponder à demanda da imensa maioria da população dos subúrbios, o necessário, não é «dar um empurrãozinho» e sim, para retomar a expressão do deputado comunista Patrick Braouezec, uma «renovação total nos subúrbios». O recente relatório do Observatório Nacional das ZUS confirma que, em relação à média nacional, as taxas de desemprego e de fracasso escolar são, aí, duas vezes mais elevadas; o ingresso fiscal médio, 40% inferior; o número de «estabelecimentos de assistência médica», duas vezes menor; a delinqüência, mais de 50% superior⁶. Como inverter estas tendências sem fazer as reformas radicais que necessitam de financiamentos maciços?

Para a maior parte dos políticos, a solução estaria em promover uma pequena elite saída da imigração, cujos membros se encarregariam de manter a ordem entre os seus

Reverter a tendência à formação de guetos supõe, ao mesmo tempo, estimular consideravelmente a renovação das cidades pobres e o desenvolvimento da miscigenação nas cidades ricas, o que exige dezenas de bilhões de euros e uma vontade política que se traduza em mecanismos capazes de impor a lei sobre a Solidariedade e Renovação Urbana (SRU). Sobre essa lei o deputado-prefeito do UMP de Argenteuil, Georges Monthron declarou recentemente: «Se não a aplicarmos já (...) vamos caminhar para a explosão urbana».⁷

Paralelamente, como resolver a questão do fracasso escolar nos subúrbios sem alocar meios materiais e humanos consideráveis? A ofensiva indispensável contra o desemprego implica num formidável esforço de criação de empregos públicos e privados — muito além das zonas francas urbanas (ZUF), que resultam em mais isenções fiscais que empregos locais. Embora não custe nada financeiramente, o combate contra o racismo em sua expressão verbal e física, e também por meio das discriminações positivas, supõe uma determinação infalível em sentido inverso dos reflexos consolidados na história...

A esquerda falta ao encontro

Há, portanto, muitos objetivos essenciais que merecem ser debatidos, para definir proposições precisas que permitam alcançá-los o mais rapidamente possível.

É preciso, ainda, que estas sugestões se tornem objeto de mobilização social – por moradia, escola, emprego e em defesa do serviço público — em escala nacional e também nos próprios bairros e conjuntos habitacionais. Pois, estes formam, com raras exceções, «desertos políticos».

Há soluções de enorme valor, como a discriminação positiva que permitiu o ingresso de estudantes pobres no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Mas são, ainda, exceções

A esquerda tradicional os abandonou, ainda que o Partido Comunista conserve neles seus bastiões, mais institucionais que militantes⁸. O altermundialismo não se enraizou nesses locais. E duas décadas depois da Marcha para a Igualdade de 1983, o movimento associativo autônomo permanece pouco estruturado e profundamente dividido. É certamente por isso que a reação ao drama de Clichy tomou a forma de uma explosão de violência contra todos os símbolos da guetização, na ausência de um espaço político para onde pudessem convergir às aspirações destes jovens e as do conjunto das forças progressistas. Mas estes «levantes» de novo tipo respondem também ao «muro» que um poder condenado nas urnas e nas ruas, há anos, ergue contra as reivindicações.

Esta debilidade estrutural é ainda mais grave porque o tempo urge. A questão dos subúrbios deveria, a partir de agora, se tornar uma das principais preocupações da vida política francesa. Deixar para mais tarde as reformas indispensáveis seria correr o risco de aprofundar o abismo entre a França integrada e a França do gueto (imigrada e francesa « indolente»). O resultado seria o risco de uma espécie de guerrilha rasteira, à qual a repressão tradicional certamente não conseguira por fim. Como dizia, há alguns meses, Tarek, um dos felizes escolhidos para ingressar na *Sciences-Po*: «Permitam à segunda e terceira gerações usufruir, enfim, de direitos iguais. Caso contrário, um dia, Ma 6T vai detonar¹⁰» Em novembro de 2005, a contagem regressiva começou.

(Trad.: **Celeste Marcondes**)

1 - Em junho, ao reagir a um crime cometido na periferia da região metropolitana de Paris, Nicolas Sarkozy afirmou que era preciso “la nettoyer à Karcher” (“limpá-la com Karcher”), numa referência a um equipamento de limpeza que atira jatos de água quente sobre a sujeira, para removê-la.

2 - A investigação, em andamento, deverá esclarecer se os dois adolescentes mortos, Zyed e Bouna, foram, como afirma o sobrevivente, Muttin, perseguidos por policiais, antes de penetrarem, em 27 de outubro, num transformador da Electricité de France. Também tentará apurar se a hierarquia da polícia, informada, fez o que era possível para salvar suas vidas.

3 - www.ccomptes.fr/cour-des-comptes/publications/rapports/immigration/immigration.pdf

- 4 - *Le Monde*, 7/11/2005. Os líderes da UOIF explicariam a violência dos “vândalos” por sua origem islâmica?
- 5 - O texto propunha em especial a organização, nos países de origem, de estágios prévios à imigração rumo à França; a adoção de quotas de imigração; a supressão da dupla nacionalidade e do direito ao reencontro familiar, a criação de uma carta de estada de geometria variável. Tais propostas levaram o *France d’Abord*, jornal da Frente Nacional (de extrema direita) a elogiar seu “bom senso”.
- 6 - www.ville.gouv.fr/index.htm
- 7 - *Le Figaro*, 4/11/2005. Além das multas, aparentemente ineficazes, impostas às cidades que se recusam a se adaptar à lei SRU, por que não acrescentar a inelegibilidade de seus prefeitos?
- 8 - Ler Olivier Masclet, *La Gauche et les Cités. Enquête sur un rendez-vous manqué*, La Dispute, Paris, 2003.
- 9 - Filme *cult* de Jean-François Richet. Produtores: Actes Prolétariens e Why Not Productions. Lançamento: 2 de julho de 1997.
- 10 - *Le Mal-Etre arabe. Enfants de la colonisation*, Agone, Marseille, 2005.

DOSSIÊ FRANÇA / RETROCESSO

C) Sob Estado de Urgência

Adotadas a pretexto de preservar a paz civil, as medidas de repressão e vigilância impostas pelo governo francês esgarçarão ainda mais um tecido social já frágil. Cada cidadão é convidado a ver no próximo um inimigo em potencial

Nuri Albalá, Evelyne Sire-Marin

«*Eles são o seu fantasma. Vocês, o medo deles*” Victor Hugo
Espetaculosas, as restrições às liberdades públicas adotadas por meio da decretação de estado de urgência, em 8 de novembro de 2005, são, na verdade, a seqüência de uma série de ataques aos direitos fundamentais. Desencadeada há vinte anos, esta tendência acelerou-se a pretexto dos acontecimentos de 11 de setembro. No rastro do *Patriot Act* norte-americano, a lei sobre segurança quotidiana de 15 de novembro de 2001, elaborada pelo ministro do interior socialista, Daniel Vaillant, foi apenas a primeira de uma série que o atual ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, prepara-se para estender¹.

No cardápio de Sarkozy, controles de identidade, interrogatórios a distância, anonimato de testemunhas, remuneração dos delatores...

Todas essas leis têm aumentam os poderes da polícia e limitam os controles judiciais, principalmente generalizando as incriminações de contornos pouco nítidos, como as sobre o crime "organizado". Ao longo dos anos, sem que tenha havido um verdadeiro debate, foram sendo legalizados os controles de identidade, os interrogatórios a distância por vídeo-conferência, a busca em veículos em caso de simples investigações preliminares, a conservação de dados de conexões via internet durante um ano, a possibilidade de anonimato de testemunhas, os centros fechados para menores, as sanções educativas aplicadas a partir dos dez anos de idade, a remuneração de delatores... Em suma, as possibilidades de inquérito e de escuta telefônica foram ampliadas. Algumas dessas medidas lembram e até ultrapassam a lei "segurança-liberdade" que, em 1981, suscitou grandes ondas de protesto. A estas medidas, que restringem os direitos fundamentais, somam-se leis que dificultam as condições de entrada e estada de estrangeiros na França, limitando seus direitos de recurso e de proteção judicial²

Uma indústria de vigilância

Além disso, a função econômica destas leis, que favorecem uma verdadeira indústria da punição, não poderá ser desprezada: o desenvolvimento do mercado da segurança municipal, em benefício de algumas sociedades privadas; vendas de equipamentos de vigilância; recursos para serviços de guarda e vigia; presentes para a indústria da engenharia, na construção de mais prisões (facilitados pela lei de 3 de agosto de 2002, que facilita as compras governamentais). A proclamação de estado de urgência pelo governo francês, em seguida à explosão dos subúrbios (leia nosso dossiê), confere ao ministro do interior e aos representantes do poder central nas regiões³ poderes especiais, verdadeiro direito de exceção em matéria de liberdades públicas. Estas autoridades podem, particularmente, proibir a circulação de pessoas e de veículos em alguns lugares e horas, proibir a estada de qualquer "pessoa que atrapalhe, de qualquer maneira, a ação dos poderes públicos", acompanhar à casa qualquer indivíduo "cuja atividade se verificar perigosa", ordenar o fechamento provisório de salas de espetáculo, bares e locais de reunião. Adotado com base na lei de 3 de abril de 1955 – votada em seguida ao que hipocritamente foi chamado de "os acontecimentos da Argélia" –, o decreto que autoriza o estado de urgência pode também atribuir às mesmas autoridades administrativas o poder de ordenar inquéritos domiciliares durante o dia ou mesmo à noite. Se tais invasões às casas de pessoas suspeitas de infrações graves podem se conceber, porque dar o

poder de as autorizar aos representantes do poder central — e não aos juízes, a quem compete dirigir a investigação sobre infrações penais? É ainda mais chocante que a lei de 18 de novembro, que prorroga o estado de urgência por três meses, tenha sido votada no Senado no mesmo dia em que a rede de televisão pública *France 2* anunciava: “A situação voltou ao normal em toda a França”.

O mais chocante é que o estado de urgência foi prorrogado no dia em que a rede pública de TV anunciava que “a situação normalizou-se em toda a França”

Estas graves restrições às liberdades públicas, não têm nenhuma utilidade para a paz civil. Os meios legais de ação já existiam. Mas estavam em mãos dos magistrados ou dos oficiais da polícia judiciária controlados pelos juízes, o que é muito mais adequado aos princípios democráticos. Todas essas leis têm por característica aumentar os poderes da polícia e limitar os controles judiciais, principalmente generalizando as incriminações de contornos pouco nítidos como as sobre o crime "organizado". Ao longo dos anos, sem que tenha havido um verdadeiro debate, foram se tornando legais os controles de identidade em maiores circunstâncias, os interrogatórios a distância por vídeo-conferência, a busca em veículos em caso de simples investigações preliminares, a conservação de dados de conexões via internet durante um ano, a possibilidade de anonimato de testemunhas, os centros fechados para menores, as sanções educativas aplicadas a partir dos dez anos de idade, a remuneração de delatores... Em suma, as possibilidades de inquérito e de escuta telefônica foram ampliadas. Algumas dessas medidas lembram e até ultrapassam a lei "segurança-liberdade" que, em 1981, suscitou grandes ondas de protesto. A estas medidas que restringem os direitos fundamentais somam-se leis que dificultam as condições de entrada e estadia de estrangeiros na França, limitando seus direitos de recurso e de proteção judicial.

Todas essas leis têm por característica aumentar os poderes da polícia e limitar os controles judiciais, principalmente generalizando as incriminações de contornos pouco nítidos como as sobre o crime "organizado". Ao longo dos anos, sem que tenha havido um verdadeiro debate, foram se tornando legais os controles de identidade em maiores circunstâncias, os interrogatórios a distância por vídeo-conferência, a busca em veículos em caso de simples investigações preliminares, a conservação de dados de conexões via internet durante um ano, a possibilidade de anonimato de testemunhas, os centros fechados para menores, as sanções educativas aplicadas a partir dos dez anos de idade, a remuneração de delatores... Em suma, as possibilidades de inquérito e de escuta telefônica foram ampliadas. Algumas dessas medidas lembram e até ultrapassam a lei "segurança-liberdade" que, em 1981, suscitou grandes ondas de protesto. A estas medidas que restringem os direitos fundamentais somam-se leis que dificultam as

condições de entrada e estadia de estrangeiros na França, limitando seus direitos de recurso e de proteção judicial.

Agora, polícia e justiça são dois elos de uma mesma engrenagem repressiva, denominada pelo ministro do Interior, Nicolas Sarkozy "cadeia penal", na circular de 4 de fevereiro de 2004. No entanto, o artigo 66 da Constituição determina expressamente à autoridade judicial o papel de guardião das liberdades individuais. Sob a bandeira da "segurança", estas leis e a prática visam dois objetivos: por um lado, o aumento dos poderes conferidos à administração e à polícia, em prejuízo dos juízes, quando uma infração tiver sido cometida; por outro, independentemente de qualquer infração cometida, o aumento do poder geral de vigilância e de controle atribuído ao Executivo. O governo detém assim poderes quase arbitrários, que vão desde controles de identidade repetidos até a suspensão da liberdade de circulação (como durante a reunião do G8 em Evian, em junho de 2003) no espaço Schengen⁴, atentando assim contra o direito de livre manifestação. Estes meios coercitivos não são nem mesmo enquadrados no direito penal e visam atingir tanto os movimentos sociais quanto a ação sindical; tanto as pessoas sem domicílio fixo quanto as prostitutas (com a criação da infração de aceitação de suborno, pela lei de 18 de março de 2003); tanto os franceses quanto os estrangeiros⁵

Para mascarar problemas, penalizar pobreza

Das 24 propostas da Frente Nacional sobre justiça e polícia, onze já foram postas em prática pelos governos de Jean-Pierre Raffarin e Dominique de Villepin

A proclamação de estado de urgência mascara, mais uma vez, a urgência social e reforça a tendência a penalizar a pobreza. O apelo à "tolerância zero" funciona como um engodo que transfere problemas de emprego e de falência dos sistemas de saúde ou educação para o medo do jovem delinquente, forçosamente de origem magrebina ou africana. Este conjunto de novas leis aproxima a França, infelizmente, da maioria de seus parceiros europeus ou norte-americanos.

Mas há aspectos ainda piores, e o vocabulário utilizado é revelador: Desde a reabilitação da lei de 1955 e de sua referência às "calamidades públicas" até os grandiloquentes discursos sobre a segurança das pessoas e dos bens, o governo francês procura (apoiado pelo parlamento em guarda), e freqüentemente consegue, iludir uma parte dos eleitores exacerbando o temor. Alegando agir para preservar a paz civil, contribui para esgarçar um tecido social já bastante puído. Cada um é incitado a ver seu próximo como um perigo em potencial e a destilação das suspeitas destrói as antigas solidariedades de vizinhança, classe ou condição.

Esta busca de submissão, ou de adesão popular a repressão mais dura contra os cidadãos é ao mesmo tempo exagero eleitoralista e desvio demagógico preocupante. Onze das 24 propostas da Frente Nacional⁶ em matéria de justiça e polícia já foram postas em prática pelos governos de Jean-Pierre Raffarin e Dominique Villepin.

(Trad. : **Patrícia Andrade**)

1 - Lei de orientação e programação para a justiça, de 9 de setembro de 2002, dita "lei Perben 1"; lei sobre a segurança interior de 18 de março de 2003, dita "lei Sarkozy"; lei de 11 de fevereiro de 2004, dita "Perben 2"; projeto de lei concernente à "prevenção da delinquência, a reincidência e a limitação das liberdades condicionais". Ler Ignácio Ramonet, "Surveillance total", *Le Monde diplomatique*, agosto de 2003.

2 - A lei sobre a imigração de 26 de novembro de 2003 aumenta de 12 para 23 dias a duração possível de retenção de imigrantes sem documentação. Mantém a dupla pena (apesar de um discurso diferente do ministro do interior). A lei de 10 de dezembro de 2003 (data de aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem!) limita as possibilidades de obter asilo na França.

3 - *Préfets*, em francês.

4 - Em 1997, o Tratado de Amsterdã garantiu a livre circulação de pessoas entre os treze estados-membros que compunham a União Europeia. Era uma extensão do acordo de Schengen, que, seis anos antes, garantia o mesmo direito a cidadãos da França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Holanda.

5 - O plano de luta contra a imigração ilegal apresentado pelo primeiro ministro em 11 de maio de 2005, prevê a expulsão de 20.000 estrangeiros em 2005 e 30.000 em 2006; 80% deste objetivo já foi atingido.

6 - Partido de extrema direita dirigido por Jean-Marie Le Pen.